

AMAZÔNIA: A VERDADEIRA INTERNACIONALIZAÇÃO

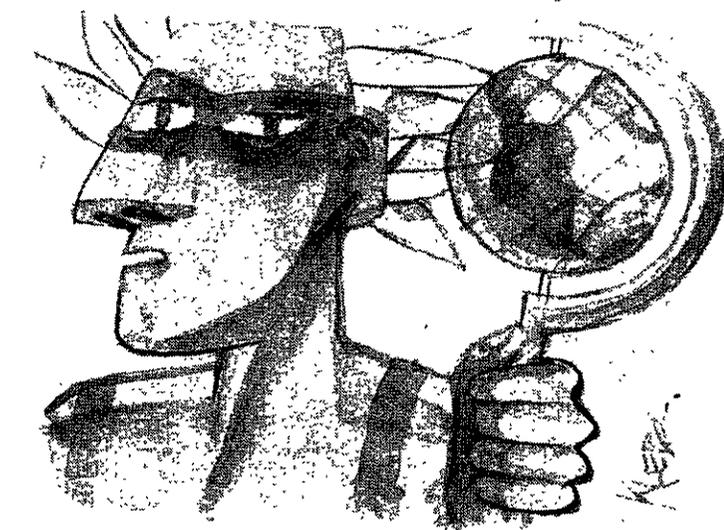
Roberto Smeraldi

O uso, até por alguns militares, de uma notícia falsa sobre ameaças à Amazônia (oriunda de livros das escolinhas americanas) foi um episódio constrangedor, com um toque de ironia: eles não se preocuparam pelo fato de o Sivam estar nas mãos da Raytheon, empresa desde sempre ligada ao Pentágono.

Mas o que é lamentável nesse episódio é que contribuiu para difundir um conceito de internacionalização equivocado e de ficção, excluindo da pauta a verdadeira internacionalização, que tem enraizadas características econômicas e goza da bênção de muitos nacionalistas acirrados.

Desde 1620, a Amazônia atende exigências de mercados externos, com base em seus recursos naturais ou em planos de agricultura em escala comercial. Isso se deu logo no início da Colônia, com açúcar e fumo, consolidando-se na era pombalina com a Companhia Comercial do Grão-Pará e Maranhão. Tal modelo foi se reproduzindo em várias épocas, com características comuns: a escassez de geração de renda dentro da região, a conseqüente falta de mercados internos e a dependência quase total da demanda externa.

A Amazônia sempre foi terreno de conquista "internacional", nunca se logrou nacionalizá-la, muito menos ainda "amazonizá-la". Sem preconceitos xenofóbicos, cabe registrar que esse fenômeno continua no atual contexto. A questão não é uma suposta imoralidade do interesse "internacional" (ou melhor seria dizer estrangeiro) quanto ao fato de ele continuar sendo o principal obs-



táculo para a geração de renda e empregos internos e, como consequência, para o desenvolvimento regional. Alguns exemplos recentes — econômicos, políticos e estratégicos — tendem a agravar o quadro.

— A cultura em maior expansão na região, a soja, atende quase exclusivamente o mercado externo, principalmente a alimentação de suínos na Europa. A soja, na Amazônia, contribui para a concentração fundiária e ocupa apenas um trabalhador a cada 180-200 hectares. Adotada como modelo, cria dependência dos mercados internacionais e pouco emprego.

— O estado economicamente mais antigo da região, o Pará, tem como principal atividade a mineração, que é controlada por apenas quatro empresas (Alunorte, Albrás, CVRD e MRN) e destinada em 92% à exportação. Ao longo da década passada, foi uma re-

ceita fabtosa de mais de R\$ 40 bilhões, que em nada contribuiu para a solução dos problemas sociais do estado.

— O estado economicamente mais novo da região, Roraima, apostou em se tornar o corredor de negócios do eixo Brasil-Caribe-Miami. Para tanto, precisa de colonos competindo com os indígenas no controle do território e importa pobres do Nordeste, principalmente do Maranhão. Ou seja, ocupa o território em nome de um comércio globalizado que, mais uma vez, não vai beneficiar os ocupantes.

— Na hora de desenhar os eixos de desenvolvimento e escolher onde concentrar obras estruturais, o governo entregou tal estudo a um banco holandês (ABN-AMRO), uma consultora norte-americana que tem como primeiro cliente o exército dos EUA (Booz-Allen) e uma firma de engenharia que trabalha para as

principais empresas norte-americanas (Bechtel).

Além desses exemplos, há outros: o que pensar da incapacidade de normatizar de maneira clara a questão da bioprospecção? Frente a essas tendências, está surgindo na Amazônia a convicção que é possível seguir outro modelo. Trata-se de atender primeiramente a demanda de um público local que inclui agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, indígenas, empresários interessados no manejo florestal ou no ecoturismo etc. A idéia é privilegiar renda, poupança e investimento dentro da região, apostando e investindo em seu capital social.

O antigo modelo — que chamaria de internacionalização neopombalina — é hoje apoiado por alguns empresários, políticos e empresários políticos. O novo modelo — o do endodesenvolvimento sustentável — nasceu entre associações de produtores, cooperativas e entidades ambientalistas, ganhando o reconhecimento de alguns governadores.

Os entraves para a afirmação do segundo modelo são significativos e, portanto, muitos preferem repetir os erros do passado. Também a desvalorização voltou a oferecer argumentos para os que enxergam a região como uma grande commodity. Mas justamente por isso é necessário que o debate sobre a internacionalização enfoque a realidade político-econômica em vez de fantasias.

■ Roberto Smeraldi, jornalista, é diretor da entidade ambientalista Amigos da Terra — Amazônia Brasileira